

**Nem petralha, nem coxinha, nem isentão:
a reivindicação de uma posição política dissidente à luz habermasiana**

*Not “petralha”, neither “coxinha”, or “isentão”:
the claim of a dissident political position from the Habermas point of view*

Cândida SCHAEGLER¹

Resumo

Analisa como uma coluna da jornalista Eliane Brum, no site da versão brasileira do jornal *El País*, deu voz a um discurso dissidente do fomentado pela grande mídia, em um momento de polarização política. Eliane Brum entrevistou quatro intelectuais que não se identificam com os estereótipos de “coxinhas”, “petralhas” ou “isentões” e trouxe à tona outros aspectos da conjuntura política. À luz da esfera pública de Habermas (1984), da discussão sobre estereótipos e por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011), mostra-se que a jornalista promoveu o que autor frankfurtiano define como a opinião pública ideal: formada por meio da razão e da exposição de argumentos e de contra-argumentos. Assim, o jornalismo, quando não adere aos discursos predominantes, pode contribuir na construção de múltiplas narrativas.

Palavras-chave: Eliane Brum. Esfera pública. Estereótipos. Habermas. Opinião pública.

Abstract

This article analyzes how a column written by the journalist Eliane Brum, in the Brazilian version of the newspaper website *El País*, gave voice to a dissident discourse promoted by the mainstream media, at a time of political polarization. Eliane Brum interviewed four intellectuals who don't identify with the stereotypes of "coxinhas", "petralhas" or "isentões" and brought up other aspects of the political situation. Based on the concept of the public sphere of Habermas (1984), the discussion of stereotypes and through the content analysis proposed by Bardin (2011), the paper shows that the journalist promoted what the Frankfurtian author defines as the ideal public opinion: formed by reason and exposure of arguments and counterarguments. Thus, journalism, when do not adhere to prevailing discourse, can contribute to building multiple narratives.

Keywords: Eliane Brum. Public Sphere. Stereotypes. Habermas. Public Opinion.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: candidaschaedler@gmail.com

Introdução

Na formulação original do conceito de *esfera pública*, Habermas (1984) foi pessimista quanto à atuação da imprensa. Mostrou como ela tem ligação com a defesa dos interesses comerciais de uma minoria que reivindica deter o conhecimento e defender a opinião pública. O filósofo alemão, um dos últimos representantes da Escola de Frankfurt, também afirmou que a opinião pública é ficção – uma vez que os interesses do povo não importam. Apenas interessa a conservação do *status quo*, por meio de uma classe política privada (HABERMAS, 1984).

Outros autores, porém, acreditam que o conceito precisa ser atualizado para o contexto atual, levando-se em conta a possibilidade de participação de um público que, anteriormente, não tinha voz, por meio da internet e de entidades independentes de partidos políticos. Essa participação pode se dar através de jornais online, jornais colaborativos, blogs, redes sociais para a internet etc.

Entretanto, no que ainda tange à imprensa tradicional, em contextos de crise política, a brasileira fomentou três estereótipos: a de que existiam “petralhas” – os defensores do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) –, os “coxinhas” – identificados como aqueles que eram a favor do impeachment da presidenta Dilma –, e os “isentões” – que não se aliavam a nenhum dos lados, por não terem condições de decidir a qual narrativa aderir².

Neste trabalho, por meio de análise de conteúdo, seguindo a proposta metodológica de Laurence Bardin (2011), definiu-se as categorias de análise “recusa à polarização” e “alternativas de saída”. Ademais, embasada em bibliografia sobre opinião pública e estereótipos, mostra-se como um artigo, publicado na coluna da jornalista Eliane Brum, no site da versão brasileira do jornal espanhol *El País*, contribui para o que Habermas (1984) define como a opinião pública ideal: formada por meio da razão e da exposição de argumentos e de contra-argumentos.

² A respeito dos estereótipos, ver reportagem publicada por Zero Hora: BUBLITZ, Juliana; GONZATTO, Marcelo. Embate entre coxinhas e petralhas escancara radicalismo. Isentões surgem para apaziguar debate. **Zero Hora**, Porto Alegre, 02 abr. 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/04/embate-entre-coxinhas-e-petralhas-escancara-radicalismo-isentoes-surgem-para-apaziguar-debate-5714668.html>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

Como defensor da democracia deliberativa, Habermas (1984) acredita que, em uma situação ideal, as opiniões devam ser formadas por meio de discussões racionais, em que os participantes estejam dispostos a rever seus conceitos, a fim de que o melhor prevaleça. Embora essa ideia seja considerada utópica pelos críticos do filósofo frankfurtiano, o texto de Eliane Brum mostra que, mesmo num contexto polarizado, é possível refletir com a razão.

O presente artigo não pretende apenas aplicar a teoria de Habermas a um objeto empírico, o que seria redutor, mas refletir sobre os estereótipos a qual muitos jornalistas recorrem, com frequência, e suas implicações na opinião pública, e mostrar que, a exemplo de Eliane, é possível resistir às narrativas – ou estereótipos – predominantes.

Conceito de esfera pública de Habermas e novas possibilidades

A esfera pública, para Habermas (1984), é um espaço de deliberação, no qual as pessoas se reúnem para discutir assuntos, de interesse público, que afetam a coletividade. Em sua obra *A Mudança Estrutural da Esfera Pública*, editada no Brasil em 1984, o filósofo alemão demonstra como a esfera pública foi alterada com a entrada de companhias privadas. Antes de haver o que ele caracteriza como a mudança da esfera pública, as pessoas tinham, teoricamente, maior capacidade de pressão sobre o poder público – o que, com a esfera pública se tornando parte do setor privado, ficou menor. Esse processo substituiu, portanto, a base da esfera pública burguesa: a separação entre Estado e sociedade. No mesmo íterim, surge o Estado social, que substituiu poder público. A partir de então, mesmo que as pessoas tenham sido mais ouvidas e tido interesses atendidos, elas só o eram para manter o *status quo* capitalista e o poder na mão de poucos.

Habermas (1984) ainda mostra a importância do papel desempenhado pelos meios de comunicação no processo de alteração do caráter da esfera pública. A privatização e o surgimento de grandes conglomerados midiáticos tornaram isso ainda mais visível, uma vez que a imprensa teve de se readaptar comercialmente para atingir um público-leitor cada vez maior, criando, portanto, jornais ilustrados e com grandes tiragens. Concomitantemente, a mídia assume funções de propaganda. “Quanto mais ela pode ser utilizada como meio de influir política e economicamente, tanto mais apolítica

ela se torna todo e tanto mais aparenta estar privatizada” (HABERMAS, 1984, p. 207-208). Os meios de comunicação apenas aparentam ser a esfera pública, enquanto garantem, de maneira ilusória, a integridade da esfera privada.

A integração do setor público com o setor privado correspondia particularmente a uma desorganização da esfera pública que outrora intermediava o Estado com a sociedade. Essa função mediadora passa do público para aquelas instituições que, como as associações, se constituíram a partir da esfera privada ou, como os partidos, a partir da esfera pública e que, internamente, exercem agora o poder e a distribuição de poder num jogo com o aparelho do Estado; nisso, preocupam-se, através dos mídias que lhes fossem mais favoráveis, no sentido de obter do público mediatizado um assentimento ou ao menos uma tolerância (HABERMAS, 1984, p. 208).

A publicidade, que antes carregava um significado atrelado à opinião crítica, é substituída para um sentido manipulativo, o que ocorreu também com o jornalismo (HABERMAS, 1984). Mesmo que Habermas utilize o modelo eurocêntrico para traçar a história da esfera pública, os processos brasileiros, embora mais tardios, não se distanciam dos europeus.

De modo bastante pessimista, Habermas (1984) afirma que a possibilidade de participação e de pressão da massa na esfera pública praticamente foi anulada. O jornalismo evoluiu de uma prática política para a imprensa comercializada, com a colocação de anúncios e com a manipulação da publicidade e do *publicrelations*³. As empresas jornalísticas e veículos de comunicação, no geral, constituem-se em empresas privadas, com interesses comerciais duvidosos e distintos da população como um todo. Não é à toa que Habermas (1984) evidencia que a refuncionalização da esfera pública pode ser compreendida por meio da evolução da imprensa – que, de empresas com mero interesse econômico de sobrevivência, passaram a ser condutoras da opinião pública. O conceito “opinião pública” gera, no entanto, divergências.

No contexto atual, todavia, juga-se necessário apresentar, brevemente, a atualização do que Habermas considera esfera pública. Para Marques (2008), ela se estendeu a entidades não-governamentais e associações de caráter apartidário que se unem – representando nós periféricos – para pressionar aqueles que tem poder de

³O termo *publicrelations*, no Brasil, foi traduzido como relações públicas, mas, no sentido que Habermas (1984) o utiliza, assemelha-se à função das assessorias de imprensa.

tomada de decisões. As leis ainda são feitas no Congresso – portanto, o poder efetivo de mudança está lá. As pessoas, através de reuniões à parte do poder central, apenas podem tentar pressionar os governantes para que mudem a realidade.

De outro lado, houve a atualização para o contexto da internet, ressaltando a importância das redes sociais e dos blogs para a ampliação dos espaços de discussão política, “menos submissos às fórmulas e políticas adotadas pelos meios massivos convencionais” (BRITTES, 2007). Esse espaço é configurado pela formação da opinião pública mediada pela comunicação em rede ou por computadores. Ali, os atores teriam maior exposição a opiniões divergentes e múltiplas, aumentando a possibilidade de construir opiniões públicas equitativas.

Ficção da opinião pública e participação dos meios de comunicação na propagação de estereótipos

O conceito de *opinião pública* é polêmico e híbrido. Cada autor tem uma definição distinta. No presente trabalho, toma-se como central o conceito que foi cunhado por Habermas, no livro já supracitado. Traz-se, em seguida, outras definições, para ampliar o debate e compreender como esse conceito é apropriado pela política e pela mídia e os modos pelos quais, em um espaço público mediatizado, é possível trazer opiniões divergentes.

Para Habermas (1984), na esfera pública manipulada, não existe uma opinião pública verdadeira, mas um clima de opinião, em que o público está pronto para aclamação. A opinião pública, para ele, é uma ficção, pois o conceito foi dissolvido psico-sociologicamente nas relações sociais. A partir da introdução da publicidade manipulativa e do jornalismo como propagador dessa publicidade acrítica, as opiniões tornam-se não-públicas. Qualquer coisa é definida como opinião pública quando serve à defesa de interesses privados, com intenções políticas. O que Habermas (1984) realmente enfatiza é o domínio da razão sobre outros elementos para que haja opinião pública. A emoção, os sentimentos ou as crenças pessoais não devem se sobrepor à racionalidade.

Silveirinha (2004, p. 413) aponta dois fatores para a dificuldade de se chegar a uma definição unívoca do conceito: “uma indefinição do estatuto da opinião individual,

no seio da opinião pública, e uma impossibilidade de isolar alguma coisa a que possamos chamar ‘opinião pública’, da sua manifestação e expressão nos *mass media*”. No dia a dia, o conceito tem grande importância, pois expressa, do ponto de vista político, a voz popular; do ponto de vista social, a forma de nos relacionarmos com os outros e, do ponto de vista pessoal, adquire uma visão cognitiva associada às atitudes.

Como há, ainda, uma contradição entre os termos, historicamente o trabalho em torno de sua conceituação oscila entre reunir as tensões entre a definição de nível individual (como expressão de opiniões individuais de pessoas) e do nível coletivo (SILVEIRINHA, 2004).

Longhi (2006), analisando a obra de Habermas em confrontação com a de Hannah Arendt, escreve que, na reconceituação da indústria cultural, que foi apropriada pela mídia de massa, a opinião pública perdeu sua função de elo, ao ter uma de suas premissas abandonada: a comunicação pública. “A discussão também se transforma em bem de consumo e, em função disso, recebe cuidados que a engessa: passa a ser produzida segundo regras de organização, constituída como consenso” (LONGHI, 2006, p. 56).

Outro autor que critica a atuação midiática na formação da opinião pública é Lippmann (2010). Ele diz que, na democracia de massa, a opinião pública é governada por *slogans* publicitários e pelo que a imprensa divulga. Assim, opinião pública está condicionada à cobertura midiática.

Lippmann (2010, p. 85) também aborda a questão dos estereótipos e afirma que “nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos”. O autor enfatiza que os seres humanos tendem a estereotipar as coisas, as pessoas e os acontecimentos para melhor entendê-los e classificá-los. Se não é possível compreender o pensamento alheio até que os conheçamos, ter-se-ia que entrar em contato com os outros para definir o que eles realmente acreditam ser fundamental. O jornalismo não pode se isentar nessa questão: deve, portanto, ouvir mais pessoas para que possa transmitir aos leitores não uma visão estereotipada, mas mais completa, afim de auxiliar na formação da opinião pública. Ao mesmo tempo, os estereótipos fazem com que nos sintamos seguros no mundo; são uma espécie de tradição. Porém, não são neutros – nos posicionamos no mundo através deles (LIPPMANN, 2010).

Há uma imagem do mundo mais ou menos ordenada e consistente, à qual os nossos hábitos, nossos gostos, nossas capacidades e nossas esperanças se ajustaram. Elas podem não ser uma imagem completa do mundo, mas são uma imagem de um mundo possível ao qual nós nos adaptamos (LIPPMANN, 2010, p. 96).

Como se verá a seguir, a jornalista Eliane Brum buscou se desvincular dos três estereótipos predominantes, na ocasião da iminência do processo de impeachment, trazendo visões distintas para oferecer outra interpretação. Assim, conseguiu sair do lugar-comum que a mídia havia adotado e propagado.

Eliane Brum e os intelectuais “acima dos muros”

O texto analisado, assinado pela jornalista Eliane Brum, foi publicado três semanas antes da votação do impeachment da presidenta Dilma pelo Congresso Nacional, em 28 de março de 2016. Nele, a jornalista entrevistou o escritor e professor da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) Moysés Pinto, que divide suas opiniões no blog O Ingovernável; Bruno Torturra, fundador da Mídia Ninja, da qual se distanciou a partir do final de 2013, trabalhando, hoje, no Estúdio Fluxo; o filósofo e professor do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP), Pablo Ortellado; e Bruno Cava, pesquisador de lutas e movimentos urbanos há 11 anos, associado à Universidade Nômade. Ao analisar a biografia de cada um deles, percebe-se que há diversidade: dois são ligados a movimentos independentes (Bruno Torturra e Bruno Cava), os demais são associados a instituições de ensino e de pesquisa reconhecidas.

Utilizando a metodologia de análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2011), que pressupõe o estabelecimento de categorias de análise, chegou-se às categorias *recusa à polarização e alternativas de saída*, que os quatro entrevistados colocam, nas três perguntas que a jornalista os fez. Por meio desta metodologia, pretende-se mostrar se o que a fala dos entrevistados promove uma discussão racional, olhando os prós e os contras e propondo alternativas para melhorar a situação política.

Recusa à polarização

Os quatro entrevistados por Eliane recusam a polarização vigente e fomentada pela mídia brasileira. Para Pinto Neto (2016), elas estão incompletas e não compactuar com as narrativas dominantes “significa ampliar narrativas que têm sido reprimidas em nome da simplificação maniqueísta”.

Torturra (2016), por sua vez, diz que enxergar a situação de maneira tão simplista já é “alucinatório”, pois “é o exato oposto do que estamos vivendo na política institucional – escancaradamente promíscua, fisiológica e amalgamada”. Para ele, a polarização é um fenômeno decorrente da dificuldade de compreender a complexidade do momento atual, praticamente impossível de ser resumido em manchetes e posts em redes sociais na internet. Ele afirma que isso impede a união dos campos e de uma massa que não se identifica com nenhum dos discursos, o que poderia refundar o sistema político brasileiro.

Ortellado (2016), por sua vez, acredita que essa disputa ideológica, no Brasil, surgiu pela moralização do debate – ou seja, pela proeminência de temas como aborto, casamento gay e aumento da maioridade penal, em detrimento de temas econômicos e sociais, mais tradicionais no campo político. “Com a moralização da política, o debate perde as referências comuns e se torna apenas o agressivo choque de visões morais do mundo” (ORTELLADO, 2016).

Cava (2016) também não adere ao discurso predominante e critica a manutenção do sistema.

Fala-se em terceira via, mas estou do lado de uma segunda via, em relação a um sistema político-partidário esgotado, onde as polarizações dos líderes escondem barganhas, promessas e posicionamentos que, por trás da retórica, não passam da reposição do mesmo jogo de sempre. [...]

Diante do clamor por mudanças pelo país inteiro, em todos os segmentos, os protagonistas dessa crise simulam que estão mudando, para que tudo continue como está (CAVA, 2016).

Ele também acredita que o grito anticorrupção carrega um “sim” muito grande por trás, clamando por mudanças. É possível trabalhar com esse argumento positivo, e

não enxergar apenas o lado negativo dos protestos e da rejeição da representatividade política.

O que se aproxima no discurso dos quatro é uma crítica à nomenclatura e significado de “esquerda”. Os motivos são diversos: o termo não abarca mais as mudanças que existem no mundo atual (PINTO NETO, 2016); não há um norte que, hoje, o defina (TORTURRA, 2016); há identificação maior com movimentos autônomos (ORTELLADO, 2016); separa os indivíduos em um mundo pluralizado, pois “essa dicotomia entre direita e esquerda é artificial e costuma servir para fazer cordões sanitários entre grupos e redes mais amplos e transversais” (CAVA, 2016). Torturra (2016) escreve ser necessário “abraçar a dúvida” e acreditar que “a melhor posição não é um ‘lado’, mas uma atitude desarmada, racional e racionalista”.

Neste ponto, é visível a recusa aos estereótipos – que, embora ajudem os seres humanos a se organizarem, também os limitam. Há, ainda, uma predominância de argumentos racionais, inclusive evocando diretamente a razão em detrimento da emoção, como condição *sinequa non* para o pensamento livre.

Alternativas de saída

Os quatro intelectuais foram questionados por Eliane Brum sobre quais possíveis saídas haveriam no momento que o Brasil vivia. Há pontos de contato e de distanciamento na visão de cada um. Pinto Neto (2016) acredita que ela passa pelo abandono de dogmas e das velhas identidades, abrindo caminho para um pensamento renovado e para novas formas de organização. Para ele, a polarização herdada do século 20 não é mais o caminho para os desafios apresentados atualmente.

Torturra (2016) acredita que há possibilidades de mudança a partir dos “desidentificados”, preferindo manter “as perspectivas mais amplas do que as expectativas”. Arremata escrevendo que é uma tarefa árdua e que toda mudança deve passar por direitos humanos, transparência de gastos e respeito incondicional aos ecossistemas.

Já para Ortellado (2016), um caminho possível é fortalecer os movimentos sociais, principalmente os que atuam sem vinculação a partidos políticos. É preciso “consolidar os movimentos sociais que estão fora do modelo petista de fusão entre

partido e movimento”. Ele enxerga uma saída no fortalecimento da pressão da sociedade civil ao Estado.

Cava (2016) também acredita no poder da sociedade civil, mas resgatando a força dos protestos de junho de 2013. É preciso, para ele, aceitar o impasse que se vive atualmente, na política brasileira, para, então, superá-lo, por meio de discussões e práticas que visem à mudança – e é necessário que isso ocorra na rua, nas redes sociais, enxergando as minorias que não se adequam ao discurso prevalecente. Literalmente, Cava (2016) vê o momento político brasileiro como uma possibilidade de superação, desde que o impasse seja assumido como potência, não como algo negativo.

Considerações finais

Por meio da análise de conteúdo da entrevista que a jornalista Eliane Brum realizou com quatro intelectuais brasileiros, nota-se que o jornalismo pode dar voz a discursos dissonantes e racionais, auxiliando na formação do que Habermas (1984) define como opinião pública ideal, em uma democracia deliberativa. No próprio conteúdo da resposta dos entrevistados, eles defendem uma aproximação com as ideias de esfera pública do autor franfurktiano, que incentiva a participação do público na política e, na atualização do conceito, abriu possibilidades de participação da sociedade civil, por meio de associações e entidades não-governamentais.

No caso especificamente analisado no presente artigo, pretendeu-se verificar de que modo o jornalismo pode contribuir na formação de múltiplas narrativas, em um contexto de polarização política predominante e fomentada pela grande mídia. A definição de estereótipos de Lippmann (2010), autor que contribuiu, também, com uma visão de opinião pública, foi determinante para que se pudesse compreender os estereótipos como parte constituinte de uma sociedade ancorada em tradições e definições pré-estabelecidas.

Habermas (1984) explicou como o jornalismo foi permeado pela esfera privada, defendendo interesses, portanto, também privados. Mesmo assim, Eliane Brum, ao posicionar-se acima do muro que a mídia ajudou a construir no caso brasileiro, e trazer quatro entrevistados diferentes para comentar e discutir o cenário atual, colaborou na formação de um jornalismo e de um discurso plural. Na resposta dos entrevistados,

houve evocação da participação pública nas discussões políticas e do abandono de lugares-comuns. Mesmo diferentes, percebe-se unidade nessas respostas – a recusa a um estereótipo e às narrativas predominantes.

Sob a ótica habermasiana, foi possível compreender como a recusa aos estereótipos de “petralha”, “cozinha” e “isentão” é um posicionamento que agrega à discussão racional, visando à construção de outra alternativa, que se apoia na dúvida como meio de apontar caminhos possíveis e fomentar a participação popular na esfera pública.

Referências

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da política. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 41-72.

BRITTES, Juçara Gorski Brittes. A revitalização da esfera pública habermasiana pela comunicação ciberespacial. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/brittes-jucara-revitalizacao-esfera-publica.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

BRUM, Eliane. Acima dos muros. **El País**, São Paulo, 28 mar. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459169340_306339.html>. Acesso em: 06 jun. 2016.

CAVA, Bruno. Entrevista para Eliane Brum. *In*: BRUM, Eliane. Acima dos muros. **El País**, São Paulo, 28 mar. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459169340_306339.html>. Acesso em: 06 jun. 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 398 p.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 352 p.

LONGHI, Carla Reis. Origens do conceito de opinião pública: um diálogo com Hannah Arendt e Jürgen Habermas. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 46, p. 45-56, 2006. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewFile/3878/3392>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Libero**, São Paulo, ano 11, n. 21, p. 23-36, jun. 2008. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Os-meios-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-na-esfera-p%C3%BAblica.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

ORTELLADO, Pablo. Entrevista para Eliane Brum. *In*: BRUM, Eliane. Acima dos muros. **El País**, São Paulo, 28 mar. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459169340_306339.html>. Acesso em: 06 jun. 2016.

PINTO NETO, Moysés. Entrevista para Eliane Brum. *In*: BRUM, Eliane. Acima dos muros. **El País**, São Paulo, 28 mar. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459169340_306339.html>. Acesso em: 06 jun. 2016.

SILVEIRINHA, Maria João. Opinião pública. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 410-449.

TORTURRA, Bruno. Entrevista para Eliane Brum. *In*: BRUM, Eliane. Acima dos muros. **El País**, São Paulo, 28 mar. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459169340_306339.html>. Acesso em: 06 jun. 2016.